



Índice

- 01** Antropólogo da Fiocruz discute no campus Pampulha mortalidade indígena na Amazônia
- 02** Vestibular Indígena oferece vagas nas IES do PR
- 03** PRF acompanha votação de índios xavantes da Terra Indígena Marawaitséde
- 04** Com apoio da Fibria, cultura indígena é resgatada
- 05** Comunidade quilombola do Ceará recebe relatório técnico
- 06** Professora indígena transmite aos alunos prazer de ensinar
- 07** Cacique indígena do Maranhão se recusou a devolver a urna eletrônica
- 08** PRF acompanha votação de índios xavantes da Terra Indígena Marawaitséde
- 09** Índios Tembé vencem preconceito em Santa Maria
- 10** Quando o voto fica mais perto de casa
- 11** Jagunços armados atacam aldeia em Mato Grosso do Sul
- 12** Em RR, índios Yanomami votam pela primeira vez em reserva indígena
- 13** Exposição 'Luz dos Olhos' será inaugurada amanhã
- 14** Prêmio para atividades culturais afro-brasileiras será lançado
- 15** Estatuto da Igualdade Racial é uma vitória do movimento negro da Bahia
- 16** Política – A Câmara Federal deverá retomar votações nesta terça com MP e projeto



trancando a pauta

- 17 Semarh alerta municípios ribeirinhos sobre o risco das fortes chuvas
- 18 Prefeitura de Tabatinga entrega lanchas nas comunidades ribeirinhas
- 19 Comunidade quilombola do Ceará celebra conclusão de relatório técnico
- 20 Ocupação indígena causou única vitória de Aécio em cidade baiana
- 21 Funai está sem presidente há seis dias
- 22 Dilma, acabe com a escravidão indígena!
- 23 Lançado o edital para o processo seletivo especial para ingresso na Turma do PRONERA do Curso de Direito da UFPR
- 24 Guaranis Kaiowá lutam junto ao Supremo Tribunal para ter direito a ocupar terra ancestral
- 25 Carta dos Povos e Comunidades Tradicionais do Sudeste
- 26 Funai fará (finalmente!) mapeamento de indígenas presos em todo o Brasil
- 27 Raio atinge comunidade indígena na Colômbia e mata 11
- 28 Funai mantém restrição de acesso à área habitada por índios isolados no MT
- 29 Funai vai mapear número de índios presos no Brasil
- 30 Bloqueio de ponte segue pelo 5º dia sem previsão de liberação



Antropólogo da Fiocruz discute no campus Pampulha mortalidade indígena na Amazônia

SÍTIO JORNAL BRASIL, 07.10.2014

Abordagem crítica acerca dos debates teóricos que focalizam questões ligadas à saúde, demografia e características genético-biológica dos povos indígenas no Brasil na segunda metade do século passado será trazida ao campus Pampulha nesta quarta-feira, 8, pelo professor Ricardo Ventura Santos, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Aberta ao público, a palestra Demografia, variabilidade biológica e povos indígenas: uma análise socioantropológica acerca dos debates científicos sobre mortalidade indígena na Amazônia (1950-80) será realizada às 14h, no auditório 2 da Faculdade de Ciências Econômicas (Face).

Pesquisador da Fiocruz, Ricardo Ventura Santos explica que em 1992 Francis Black, da Yale University, publicou na revista Science trabalho intitulado Why did they die?, em que fazia referência aos 500 anos de chegada dos europeus ao continente americano e sintetizava suas teorias - resultantes de mais de 30 anos de pesquisas na Amazônia - sobre as interfaces entre genética, demografia e imunologia dos povos ameríndios, .

“A partir de perspectiva histórico-antropológica, apresento uma abordagem crítica sobre os debates teóricos que focalizaram questões ligadas à saúde, demografia e características genético-biológica dos povos indígenas no Brasil”, antecipa o pesquisador.

Segundo ele, o foco principal da palestra serão as pesquisas realizadas por médicos e geneticistas de 1960 ao final do século 20, que tiveram em Black um de seus expoentes.

“Os debates sobre as relações entre mortalidade indígena e seus determinantes serão colocados no cenário sociopolítico da segunda metade do século 20, incluindo a temática dos direitos indígenas no contexto dos governos militares dos anos 1960 e 1970”, completa.

Fonte: UFMG



Vestibular Indígena oferece vagas nas IES do PR

SÍTIO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 06.10.2014

Agência UEL

As universidades estaduais do Paraná juntamente com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) estão recebendo inscrições para o Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná 2014. As inscrições podem ser feitas até o dia 24 de outubro. Estão sendo disponibilizadas seis vagas para cada uma das universidades estaduais do Paraná e 10 vagas para a UFPR.

Para se inscrever o interessado deverá adquirir o Manual do Candidato e preencher um questionário sócio educacional que deverá ser entregue, em uma das universidades, junto com a ficha de inscrição. A documentação poderá ser entregue pessoalmente ou via Correios, endereçada para a Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).

As provas serão realizadas nos dias 18 e 19 de dezembro, das 8 às 12 horas e das 14 às 18 horas, no Centro Politécnico (Cedeteg), em Guarapuava. Haverá uma prova de redação, e também uma prova objetiva composta por 40 questões, envolvendo as disciplinas, Língua Portuguesa (Interpretação de textos), Língua Estrangeira Moderna ou Língua Indígena, Biologia, Física, Geografia, História, Matemática e Química.

Haverá uma outra forma de avaliação para identificar a capacidade do aluno de dialogar sobre determinados temas. Os principais critérios dessa avaliação serão a capacidade que o candidato tem de comentar os temas propostos no texto da prova de maneira coerente e a capacidade argumentativa e opinativa em relação ao texto lido.

Os candidatos podem disputar vagas na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste), Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp) e Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Com informações da Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do PR (SETI)



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2014

Brasília, 07 de outubro de 2014.

PRF acompanha votação de índios xavantes da Terra Indígena Marawaitséde
SÍTIO OLHAR DIRETO, 06.10.2014

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) acompanhou a votação dos índios xavantes que residem na Terra Indígena Marãiwatséde, na cidade de Alto Boa Vista (a 1.048 quilômetros de Cuiabá). Duas equipes auxiliaram no deslocamento das famílias para a cidade de Bom Jesus do Araguaia.

A área indígena foi alvo de duas ações de desintrusão em um espaço de 14 meses. No total cerca de 400 famílias não indígenas foram retiradas por determinação da Justiça Federal do local, o que gerou inúmeros protestos na região e uma grandiosa operação para o remanejamento das famílias.

Ainda segundo a PRF, nenhum tipo de ocorrência foi registrado durante o deslocamento das equipes.

Em Mato Grosso, além da Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Exército Brasileiro foi acionado para acompanhar a votação em 21 zonas eleitorais destinadas ao acompanhamento de eleitores indígenas.

Conforme o TRE, pelo menos 500 soldados auxiliaram a realização do pleito no Estado.



Com apoio da Fibria, cultura indígena é resgatada

SÍTIO PAINEL FLORESTAL, 06.10.2014

O projeto propõe o resgate cultural da etnia pela divulgação iconográfica da tribo

Dando continuidade à iniciativa de resgate cultural da tribo Ofaié, localizada em Brasilândia (MS), a Fibria, em parceria com o Instituto Votorantim, desenvolve o projeto Pintando e Aprendendo Ofaié, com o objetivo de fomentar a memória cultural deste povo, por meio do artesanato.

A tribo possui cerca de 120 moradores, porém, desse total menos de dez pessoas falam a língua-mãe. Em 2013, uma cartilha reuniu alguns termos do dialeto e foi distribuída entre eles para se familiarizarem e utilizarem as palavras no dia a dia. A iniciativa, realizada pela Fibria, também viabilizou a construção de um campo de futebol society, que promoveu a integração social e formação de um time batizado como "Xeheki Agaxäfwatae", que significa "Os Guerreiros", na linguagem Ofaié.

Nessa nova etapa do projeto, as mulheres da tribo terão a oportunidade de bordar chinelos, pintar telas e estampar camisetas com iconografias da cultura Ofaié. "Cada tribo tem a sua iconografia particular, seja no formato dos símbolos, cores dos desenhos, entre outras características que ligam essas expressões à cultura de um povo. Além do resgate da língua também há a necessidade dessa ligação cultural", explica o pesquisador e presidente do Instituto Cisalpina, Carlos Alberto Dutra.

Para fazer o reconhecimento da iconografia, que é a descrição de imagens, estátuas e monumentos dos Ofaié, uma equipe de profissionais irá estudar os costumes e hábitos dos indígenas junto aos moradores mais antigos que ainda detém fortes traços da etnia.

As atividades serão coordenadas pela Associação Hankrägani de Produtores Ofaié, formada pelos moradores da aldeia. Com o auxílio de máquinas de estampar, além de divulgar a história, os moradores poderão ter um complemento na renda familiar com a venda dos artigos em feiras e exposições. "Promover o resgate das manifestações culturais da única tribo Ofaié é muito importante para esse povo. Essa é uma oportunidade de reencontrarem suas raízes e darem continuidade a uma etnia quase extinta, que possui um valor histórico inestimável", explica a consultora de sustentabilidade da Fibria, Evânia Lopes.

Sobre a Fibria

Líder mundial na produção de celulose de eucalipto, a Fibria possui capacidade produtiva de 5,3 milhões de toneladas anuais de celulose, com fábricas localizadas em Três Lagoas (MS), Aracruz (ES), Jacareí (SP) e Eunápolis (BA), onde está localizada a Veracel em joint venture com a Stora Enso. Em sociedade com a Cenibra, detém e opera o único porto brasileiro

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2014

Brasília, 07 de outubro de 2014.

especializado em embarque de celulose, Portocel (Aracruz, ES). A Fibria mantém cerca de 17 mil trabalhadores, entre empregados próprios e terceiros permanentes, incluindo Portocel, e está presente em 242 municípios de seis Estados brasileiros.



Comunidade quilombola do Ceará recebe relatório técnico

SÍTIO PORTAL BRASIL, 06.10.2014

Produção do documento é a primeira etapa do processo de regularização fundiária de territórios quilombolas

O Incra do Ceará realizou uma entrega simbólica do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território quilombola de Boqueirão da Arara, em solenidade na sede da associação local. O evento aconteceu em Caucaia (CE), na quinta-feira (2).

Além da comemoração acerca da conclusão do documento que comprova a relação da comunidade com a questão quilombola, as 89 famílias remanescentes de quilombo receberam orientações sobre os próximos passos do processo de regularização fundiária do território, com tamanho definido em 718,5 hectares.

Cópia da publicação do RTID no Diário Oficial da União (DOU), da edição do último dia 18 de setembro, foi entregue à presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade Povoado Boqueirão da Arara (ARQCPBA), Madalena Barbosa Prata. "Foram anos de luta, de muito esforço, sofri até ameaça de morte, mas essa é uma conquista que eleva a minha autoestima e o da comunidade, pois muitos até nem acreditavam", disse Madalena.

Esclarecimentos

O evento também foi uma oportunidade de tirar dúvidas acerca do processo que, segundo o antropólogo do Incra, José da Guia Marques, aflige a comunidade, ainda temerosa de não ter reconhecida a posse das terras que compõem o território. "A publicação do RTID é um primeiro grande passo para confirmar que o processo vai até o final e demonstra que a comunidade foi aprovada pelo Incra, teve sua relação com a questão quilombola comprovada, fato que não tem mais volta", disse a todos no evento.

As famílias também lembraram as origens da comunidade, relacionadas às fugas de escravos da capital Fortaleza para as serras de municípios vizinhos como Maranguape e Caucaia, onde se fixaram na localidade de Boqueirão da Arara. "Os estudos antropológicos comprovaram que a comunidade tem um vínculo muito forte com a comunidade negra", afirmou Marques.

Etapas

A produção do RTID é a primeira etapa do processo de regularização fundiária de territórios quilombolas. O documento reúne estudo antropológico da comunidade, peça cartográfica com definição do tamanho do território e seus limites, outra agrônômica sobre as potencialidades agrícolas da área, além do cadastro das famílias e a cadeia dominial dos imóveis situados na área do território.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2014

Brasília, 07 de outubro de 2014.

A partir da publicação do Edital de conclusão é aberto um prazo de 90 dias para contestações acerca dos estudos realizados e informa sobre a disponibilidade do documento na superintendência para consultas. O documento também é publicado no Diário Oficial do Estado.

CONT.

Após aprovação em definitivo do RTID, o Incra publica Portaria de Reconhecimento declarando os limites do território. O passo seguinte é a publicação de Decreto Presidencial declarando a área de interesse social para criação do território. Concluída a fase de desapropriações, a comunidade recebe o título de propriedade coletivo de suas terras.

Fonte:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária



Professora indígena transmite aos alunos prazer de ensinar

SÍTIO PORTAL BRASIL, 06.10.2014

Úrsula Velasques, de etnia caiouá, ajuda a transformar a realidade de estudantes da aldeia Taquaperi, em Mato Grosso do Sul

De etnia caiouá, Úrsula Velasques sempre morou na aldeia Taquaperi, a 15 quilômetros do município de Coronel Sapucaia, em Mato Grosso do Sul. Desde pequena, ela manifestava a vocação para o magistério, pois gostava de brincar de professora com os irmãos. Quando completou 18 anos, foi convidada a lecionar a alunos do primeiro ano do ensino fundamental. "Fiquei muito feliz e, desde então, nunca mais deixei de trabalhar", diz Úrsula, há nove anos no magistério.

Com licenciatura em ciências sociais, Úrsula trabalha na coordenação pedagógica da Escola Municipal Indígena Ñande Reko Arandu, no atendimento a estudantes do primeiro ao nono ano do ensino fundamental. A escola, dentro da aldeia, tem 768 alunos, 34 professores indígenas e seis não indígenas, residentes em fazendas próximas. A instituição conta com computador, acesso à internet e outros equipamentos audiovisuais.

A escola oferece, além das disciplinas obrigatórias do currículo, aulas sobre a cultura e o modo de vida indígena (ava reko), com encontros semanais fora da sala de aula. "Nosso objetivo é fundamentar o ava reko e complementar a educação familiar, incentivando os alunos a estarem bem, além de fortalecer nossa cultura e, principalmente, nossa língua", explica Úrsula.

Para ela, o principal papel do professor é ensinar. Faz a ressalva, porém, de que o profissional deve também saber atuar com base na realidade da sociedade em que vive. "Cada lugar é diferente", observa. "Temos de saber entender o mundo da criança de hoje, o que ensinar e como ensinar."

Úrsula acredita que o educador precisa estar sempre atualizado, estudar e se aprofundar para ter firmeza em sala de aula. "Nada é mais prazeroso quando gostamos daquilo que estamos fazendo", ressalta. Ela diz gostar da vida na aldeia, pela liberdade, pelos espaços e pelo canto dos pássaros. "É um lugar melhor do que qualquer outro", avalia.

Fonte:
Ministério da Educação



Cacique indígena do Maranhão se recusou a devolver a urna eletrônica

SÍTIO VOZ DA RUSSIA, 06.10.2014

Treze dos 26 estados brasileiros decidiram no primeiro turno a eleição de seus governadores. Entre eles, o estado do Maranhão, que surpreendentemente elegeu Flávio Dino, do PCB – Partido Comunista do Brasil, com 63,52% dos votos válidos, deixando bem para trás Lobão Filho, candidato do clã Sarney e do pai Edson Lobão, velhos e poderosos senhores da política maranhense.

Mas o mais inusitado do processo eleitoral do Maranhão ocorreu no remoto município de Arame, localizado a mais de seis horas de carro da capital, São Luís. O cacique da tribo local, a quem foi confiada a guarda da urna eletrônica entregue por um funcionário do Tribunal Regional Eleitoral, recusou-se a entregar o precioso computador a outro representante do TRE, que foi buscá-lo no fim do dia.

“Só entrego àquele moço que veio aqui naquele carro”, teria dito o chefe indígena, cioso de sua responsabilidade. E o juiz eleitoral da região teve que mandar procurar aquele moço e aquele carro para resgatar a máquina e seus valiosos registros.



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2014

Brasília, 07 de outubro de 2014.

PRF acompanha votação de índios xavantes da Terra Indígena Marawaitiséde
SÍTIO OLHAR DIRETO, 06.10.2014

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) acompanhou a votação dos índios xavantes que residem na Terra Indígena Marãiwatséde, na cidade de Alto Boa Vista (a 1.048 quilômetros de Cuiabá). Duas equipes auxiliaram no deslocamento das famílias para a cidade de Bom Jesus do Araguaia.

A área indígena foi alvo de duas ações de desintrusão em um espaço de 14 meses. No total cerca de 400 famílias não indígenas foram retiradas por determinação da Justiça Federal do local, o que gerou inúmeros protestos na região e uma grandiosa operação para o remanejamento das famílias.

Ainda segundo a PRF, nenhum tipo de ocorrência foi registrado durante o deslocamento das equipes.

Em Mato Grosso, além da Polícia Rodoviária Federal (PRF), o Exército Brasileiro foi acionado para acompanhar a votação em 21 zonas eleitorais destinadas ao acompanhamento de eleitores indígenas.

Conforme o TRE, pelo menos 500 soldados auxiliaram a realização do pleito no Estado.



Índios Tembé vencem preconceito em Santa Maria

SÍTIO PORTAL BRASIL, 06.10.2014

Trabalho conjunto entre autoridades e representantes dos índios garantiu o reconhecimento deles como etnia indígena pelo município

Os índios Tembé, da região de Santa Maria do Pará, foram reconhecidos como etnia indígena pela população e por autoridades do município.

O processo ao longo dos anos foi gradativo, mas acelerado no final da década de 90, quando o historiador Laércio Braga tornou pública a identificação de alguns Tembé feita durante um trabalho desenvolvido em Santa Maria do Pará. A partir daí, o apoio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) também foi decisivo para que os índios virassem o jogo.

"Vocês (índios Tembé) fazem parte da nossa história. Santa Maria (do Pará) começou com vocês. Sabemos da importância da cultura indígena para o Brasil", declarou a secretária de Cultura de Santa Maria do Pará, Roseane Ferreira, durante o encerramento da oficina promovida pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEJUDH) com o objetivo de elaborar um plano operativo para atender às necessidades imediatas dos 422 índios que habitam as aldeias Jeju e Areal, num total de 100 famílias. "É mais do que nossa obrigação atender os Tembé. Mas vocês (índios) precisam procurar mais a empresa", emendou Pedro Paulo Medeiros, chefe do escritório local da Emater em Santa Maria.

Parcerias

A importância do trabalho conjunto entre os órgãos que participaram da oficina - Funai, Sagri, Emater, Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) e Sespa -, que ocorreu no final de setembro, foi enfatizado pela titular da Coordenação de Proteção dos Direitos dos Povos Indígenas e Populações Tradicionais do SEJUDH, Luana Arruda: "Nada se consegue sozinho. Acredito muito na parceria das entidades aqui representadas (âmbito federal, estadual e municipal), mas para que o trabalho continue, precisamos estreitar a relação e promover mais ações desse tipo, visando a melhoria das condições de vida dos índios do Jeju e Areal".

André Pantoja, que chefia a Coordenação Técnica Local da Funai em Tomé-Açu, também responsável pelo atendimento dos Tembé de Santa Maria desde o final do ano passado, ressaltou que o estreitamento da relação entre índios e instituições governamentais está abrindo novos horizontes para as comunidades indígenas. "Os trabalhos durante a oficina foram bem-sucedidos, sobretudo porque os índios facilitaram o processo. Essas articulações institucionais renderão bons frutos no futuro", prevê o técnico da Funai, formado em Ciências Sociais pela UFPa.

Fonte:

Fundação Nacional do Índio



Quando o voto fica mais perto de casa

SÍTIO JORNAL DE HOJE, 06.10.2014

Indígenas e quilombolas tiveram acesso a sessões eleitorais em suas comunidades. Para eles, exercer a cidadania é meio para mudar o País

Depois de passar boa parte da vida percorrendo 14 quilômetros para chegar a uma sessão eleitoral, a cada dois anos, Sueli Maria de Souza, 39 anos, recebe com alegria a urna eletrônica na comunidade indígena Jenipapo Kanindé - localizada em Aquiraz, Região Metropolitana de Fortaleza. Os 133 eleitores da localidade tiveram que caminhar apenas alguns passos até chegar à escola local. Uma tranquilidade que, segundo Socorro Costa, 43 anos, garante um domingo sem exaustão e caminhada.

A urna local começou a ser utilizada no pleito de 2012, quando os indígenas escolheram vereadores e prefeitos para Aquiraz. O sistema de biometria - no qual os eleitores utilizam a digital como identificação - é o adotado na única sessão. Segundo a líder local, identificada como "Cacique Pequena", a comunidade possui mais de 300 moradores. "Essa foi uma luta nossa, mas que valeu a pena", afirmou.

Para a desembargadora suplente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), Nailde Pinheiro, as urnas localizadas em comunidades quilombolas ou indígenas são uma chance da Justiça Eleitoral se aproximar do seu público. "Todos eles têm que ser acolhidos, pois também fazem parte do processo democrático. E a biometria é um avanço tecnológico colocado a disposição da segurança das eleições", pontuou. A desembargadora acompanhou a votação na comunidade Jenipapo Kanindé durante a tarde de ontem.

Quilombolas

Os membros da comunidade quilombola da Base - localizada entre os municípios de Pacajus e Horizonte - também foram às urnas no último domingo. O grupo étnico-racial votou na Escola Neli Gama, localizada no centro de suas terras. Segundo a Associação Quilombola da Comunidade da Base, cerca de 300 pessoas votaram na zona eleitoral. Ao todo, 480 quilombolas votam (parte dos eleitores migra para as cidades próximas até realizar transferência do documento eleitoral).

A votação na Base acontece desde as eleições de 1998. Antes, a população da localidade se deslocava para o pleito em Pacajus. "Votamos perto de casa. Sentimos que o nosso voto é mais valorizado", disse o líder da comunidade, Sebastião da Silva. Ontem, as eleições entre os quilombolas foram embaladas pela apresentação de danças e percussão dos jovens do "Projeto Peteca" na Neli Lima, ação educacional promovida na própria escola.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2014

Brasília, 07 de outubro de 2014.

A principal reivindicação dos quilombolas da região é o combate efetivo à falta de água. Hoje, é necessária constante ajuda de carros pipa, além dos moradores terem de recorrer constantemente ao Canal da Integração para suprir a seca. "Queremos que quem seja eleito busque as melhores alternativas para resolver esse problema. Hoje a água é o nosso ouro transparente", comentou Edinaldo da Silva, 31, morador da comunidade.



Jagunços armados atacam aldeia em Mato Grosso do Sul

SÍTIO FÁTIMA NEWS, 06.10.2014

O Cimi denuncia que jagunços armados atacaram, na sexta-feira, as barracas de famílias Kaiowá numa pequena sede de fazenda, ocupada pelo povo indígena desde o último 22 de setembro.

As 50 famílias com cerca de 250 indígenas, retomaram uma pequena porcentagem da sua terra tradicional de Kurusu Ambá, localizada no município de Coronel Sapucaia, Mato Grosso do Sul, à procura de espaço para plantar já que, segundo o Cimi, vinham passando fome.

Por volta das 15 horas, com a chegada de uma viatura da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), a comunidade Kaiowá se deslocou para seu antigo acampamento, junto a uma pequena extensão de mato, para receber atendimento e tratar de suas crianças.

Conforme o Cimi, naquele instante, quatro sujeitos armados invadiram a sede da fazenda retomada pelos indígenas e desferiram golpes de facão contra as barracas montadas pelas famílias Kaiowá. Os indígenas resistiram e conseguiram fazer com que os agressores batessem em retirada. Lideranças e jovens Kaiowá seguiram os pistoleiros pela estrada e denunciam que os viram se dirigir à sede de uma propriedade rural.

De acordo com o Cimi, há muito as famílias Kaiowá vêm sistematicamente anunciando a formação e circulação de grupos armados que têm rondado o acampamento dos indígenas, dia e noite, e que agora passaram a desferir os primeiros ataques.

Os Kaiowá reafirmam sua decisão de manter a pequena retomada e anunciam que resistirão até o fim em seu princípio, mesmo que custe suas vidas. Toda esta situação já foi denunciada inúmeras vezes por inúmeras organizações internacionais de direitos humanos.

Os Kaiowá solicitam urgentemente do governo federal que sejam tomadas, via Ministério da Justiça, as medidas de segurança para que não persista a situação de genocídio anunciado no estado do Mato Grosso do Sul. Os indígenas estão determinados, porém frente aos ataques iminentes temem pelo pior.



Em RR, índios Yanomami votam pela primeira vez em reserva indígena
SÍTIO CADESC, 06.10.2014

Pela primeira vez em Roraima, mais de 1.200 indígenas da etnia Yanomami puderam votar em terra própria. Uma parceria do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) com a Fundação Nacional do Índio (Funai) instalou uma seção eleitoral na comunidade Sikamabiu, no município de Alto Alegre, região Oeste do estado. Após o fim da votação, as informações serão enviadas via satélite direto da comunidade por um ponto instalado especialmente para a ocasião.

Segundo o líder indígena Carlos Nilson Xirixana, de 26 anos, a seção é um marco para a comunidade que poderá, enfim, exercer a cidadania sem ter que se deslocar horas de barco até Boa Vista, Alto Alegre ou outros municípios. "Foi uma conquista para o nosso povo", afirmou Nilson Xirixana.

Emerson Xirixana, professor da comunidade e presidente da seção, frisou que a votação foi importante, pois eles puderam escolher seus representantes. A seção atendeu outras oito aldeias da mesma etnia que ficam na calha do rio Uraricoera.

Apesar de já existirem outras zonas eleitorais em comunidades indígenas, pela primeira vez o direito ao sufrágio chega a uma área de difícil acesso, em zona de mata fechada. Para acessar as terras Yanomami, a viagem é de quatro horas de carro e mais oito horas de barco, em época de seca.

A logística para viabilizar a votação foi iniciada no sábado (4), quando o Exército levou as urnas de helicóptero ao local de votação e o TRE enviou um técnico para treinar o presidente e mesário da seção, que são da própria comunidade.

"Eu apresentei um vídeo pelo notebook explicando o procedimento. Eles não tiveram dificuldade no treinamento", afirmou Jardel Dantas, técnico de transmissão do TRE.

Iniciativa

A possibilidade da votação ser realizada na comunidade surgiu por interesse dos próprios indígenas. Nas últimas eleições, alguns deles foram levados para Alto Alegre por candidatos a vereador para votar, mas foram abandonados na cidade após o pleito e não tinham como retornar.

A comunidade formou, então, uma assembleia com todas as lideranças Yanomani e, após uma votação, encaminharam um documento para o TRE solicitando a criação da seção.

Após o tribunal autorizar a criação da seção, em março de 2014, começou o processo de transferência de títulos e emissão de novos para os que não possuíam. Apesar disso, muitas pessoas ficaram sem votar por não ter a documentação necessária.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2014

Brasília, 07 de outubro de 2014.

Para a próxima eleição, a Funai pretende fazer uma parceria com a Justiça Itinerante do Tribunal de Justiça de Roraima e viabilizar a emissão de documentos como carteira de identidade e CPF para que todos possam tirar título de eleitor e votar.

Jovens indígenas

Apesar de a maioria da comunidade ser formada por adultos, os jovens participaram da votação de forma ativa e as crianças ficavam circulando a urna, que foi instalada na escola, de forma curiosa.

Sheila Xirixana, de 17 anos, que votou pela primeira vez, disse que não teve dificuldades, e afirmou que a ação é importante para a comunidade, principalmente na construção de uma nova escola, já que a atual foi construída de forma precária com restos de madeira. "Eu gostei de votar", disse.

Passível de anulação

Apesar da vitória conquistada pela comunidade, segundo o técnico do TRE, os votos poderão ser anulados, pois todos os eleitores estavam com a 'cola' dos mesmos candidatos, o que poderia levar a conclusão de que haviam sido comprados. Ainda de acordo com Jardel, um candidato da oposição que verificar que todos os votos são para as mesmas pessoas pode pedir a anulação dos votos.



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2014

Brasília, 07 de outubro de 2014.

Exposição 'Luz dos Olhos' será inaugurada amanhã

SÍTIO FOLHA DE CAMPO GRANDE, 06.10.2014

A artista plástica Andréa Luz realizará uma exposição na Morada dos Baís, durante o mês de outubro, intitulada "Luz dos olhos", mostrando diversas formas do rosto do índio no Estado e pelo Brasil. A mostra tem início programado para a próxima terça-feira (7), às 19h30, e segue aberta até início de novembro, com trabalhos em pastel sobre papel, pastel sobre textura, pastel sobre tinta acrílica e a última técnica desenvolvida de pastel sobre madeira.

Andréa tem experiência e trabalhos expostos pelo país e participação internacional em coletivos na Espanha, Inglaterra e França. A exposição é promovida pela Fundação Municipal de Cultura (Fundac) com a entrada gratuita.

Andréa, que também é profissional da Arquitetura e Urbanismo, ratifica sua preferência pelo desenho e pintura que retratam as etnias indígenas. "Desde o início de minhas amostras retrato o Índio das mais diferentes formas em pastel seco sobre diversos suportes", diz a artista.

A Morada dos Baís fica avenida Afonso Pena, esquina com avenida Noroeste.



Prêmio para atividades culturais afro-brasileiras será lançado

SÍTIO PORTAL BRASIL, 06.10.2014

Objetivo é reconhecer e apoiar iniciativas realizadas por comunidades quilombolas, religiosas de matriz africana e coletivos negros

Na próxima terça-feira (7), a Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC) lança, em Goiânia (GO), o Prêmio de Culturas Afro-brasileiras. O objetivo do edital inédito é reconhecer e apoiar iniciativas culturais realizadas por comunidades quilombolas, religiosas de matriz africana e coletivos negros.

As inscrições para o Prêmio de Culturas Afro-brasileiras estão abertas até 6 de novembro, via Correios ou internet (SalicWeb). O valor total é de R\$2,5 milhões oriundos da SCDC/MinC, que serão distribuídos entre os 60 projetos selecionados.

O concurso vai premiar atividades nas áreas de literatura, música, artes plásticas e cênicas. A proposta é investir nas expressões culturais desenvolvidas por essas comunidades e garantir seu acesso aos mecanismos de fomento à cultura. Configura-se, ainda, uma forma de cumprir as diretrizes formuladas pelo Plano Plurianual do Governo Federal e pelo Plano Nacional de Cultura – Meta 6.

Categorias

A premiação está dividida em três categorias: Iniciativa Cultural Quilombola; Iniciativa Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Iniciativa Cultural de Coletivos Culturais Negros. Estão aptas a participar pessoas físicas e jurídicas que realizam atividades culturais voltadas para comunidades e/ou expressões quilombolas, de povos e comunidades de matriz africana e outros bens culturais afro-brasileiros.

O Prêmio de Culturas Afro-brasileiras é uma parceria entre a Fundação Cultural Palmares e da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC/MinC).

Fonte:

Fundação Cultural Palmares



Estatuto da Igualdade Racial é uma vitória do movimento negro da Bahia

SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 06.10.2014

por Valmir Assunção

Aprovado pelos deputados da Assembleia Legislativa da Bahia e sancionado pelo governador Jaques Wagner, o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa é uma das mais importantes ferramentas para a reparação dos direitos humanos até então negados pelo Estado por dezenas de anos. O projeto de Lei nº 14.692/2005, que institui o estatuto, foi uma iniciativa do nosso mandato de deputado estadual, em junho de 2005. A proposta apresentada seguiu as demandas e aspirações do movimento negro que buscava um amparo legal para barrar as inúmeras ações de discriminação e preconceitos, sendo ainda fruto das intensas discussões que permearam os debates durante a I Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial.

Em 2005, fui presidente da Comissão Especial para Assuntos da Comunidade Afrodescendente e, além dos debates da I Conferência sobre Igualdade Racial, tínhamos como parâmetros para o encaminhamento do Projeto de Lei as proposições do Movimento Negro, por meio da campanha "Na Fé e na Raça". Essa nova Lei é um marco referencial das políticas públicas em favor do povo negro da Bahia e do Brasil. Essa peça contou com a participação direta da comunidade negra do estado. O projeto foi levado à votação e arquivado, sendo desarquivado em 2011 a pedido do deputado estadual Bira Coroa, então presidente da Comissão Parlamentar de Promoção da Igualdade, que conduziu, a partir de então, reuniões e audiências públicas para discutir o documento.

A nova Lei contempla avanços já implementados ou em fase de consolidação, como a criação da Secretaria da Promoção da Igualdade (Sepromi), o Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Fórum Estadual de Gestores de Promoção da Igualdade Racial, a criação do Grupo Intersetorial para Quilombos e da Comissão Estadual para a Sustentabilidade das Comunidades, além da Lei de Regularização Fundiária de Fundos e Fechos de Pasto e de Comunidades Quilombolas em terras públicas estaduais e devolutas.

Ainda há pontos importantes, como a instituição da Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa, o Centro de Referência para Combate aos Crimes de Racismo e Intolerância Religiosa Nelson Mandela, além da Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da População Negra e dos documentos base para a elaboração da Política Estadual para o incentivo do Empreendedorismo Negro. Também reconhecemos o Programa Ouro Negro, e estabelecemos ações afirmativas de caráter cívico, que vão auxiliar no resgate da memória da população negra. E, nisso tudo, a participação incisiva do ex-secretário Elias Sampaio foi fundamental para a criação do primeiro regulamento com esse teor aprovado no país. Somos os primeiros a criar um diploma legal que institui direitos ao povo negro e defende o respeito a suas crenças.

CONT.



As mulheres negras, a juventude negra e os povos e comunidades tradicionais, segmentos que historicamente compõem nossos indicadores sociais, são beneficiados diretamente. O povo negro ainda tem sido vítima da discriminação e da intolerância, e terá a partir desse instrumento acesso às seleções públicas de apoio a projetos culturais, que irão assegurar o equilíbrio na destinação de recursos a iniciativas de grupos populares de matriz africana. Também vai garantir que as políticas estaduais de fomento priorizem instalação de equipamentos públicos que atendam às comunidades negras urbanas e rurais, com foco na juventude negra e nas mulheres negras.

A pauta racial sempre foi parte integrante da minha trajetória política, desde a fundação do MST na Bahia. Com muito orgulho fui o primeiro negro a fazer parte da direção nacional do Movimento Sem Terra no Brasil. Por este movimento pude ocupar uma cadeira no Conselho Universitário da UFBA e participar de uma batalha fundamental para nós negros, que foi a aprovação das cotas raciais na Universidade. Como conselheiro, ajudei no movimento pró-cotas e votei para que elas finalmente fossem implementadas na UFBA no dia 17 de maio de 2004.

Por este motivo, viver no estado que tem o primeiro Estatuto da Igualdade Racial e Combate a Intolerância Religiosa do Brasil, e saber que este instrumento é fruto da luta do povo negro que aqui vive, e que pude contribuir com isto, me dá um sentimento de extrema satisfação. Mas sei que isso é só um começo, que nossos jovens negros continuam sendo assassinados dia a dia, e que muito mais precisa ser feito. Estou pronto para continuar somando a frente dessa batalha! É nesse contexto que presto uma homenagem a Samuel Vida, pela elaboração do projeto do Estatuto, ao professor Jaime Sobré, a Raimundo Bujão, Mércia Lima, Raimundo Konmannanjym por suas intervenções, e agradeço a todos que participaram dos debates e do processo de mobilização para tornar o estatuto uma realidade.

*Valmir Assunção é negro e deputado federal do PT-BA

* Os artigos reproduzidos neste espaço não representam, necessariamente, a opinião do Bahia Notícias.



Política – A Câmara Federal deverá retomar votações nesta terça com MP e projeto trancando a pauta

SÍTIO PORTAL BRAGANÇA, 06.10.2014

O Plenário da Câmara dos Deputados volta a se reunir nesta terça-feira (7), às 14 horas, para a primeira sessão deliberativa ordinária após o primeiro turno das eleições. Estão na pauta a Medida Provisória (MP) 650/14, que reestrutura as carreiras da Polícia Federal (PF); e o Projeto de Lei (PL) 7735/14, que altera a legislação sobre pesquisa científica e exploração do patrimônio genético de plantas e animais nativos. Tanto a MP quanto o PL trancam a pauta de votações. A sessão marcará a reinauguração do Plenário Ulysses Guimarães após as obras de acessibilidade concluídas no início deste mês.

Não foi incluída na pauta a proposta que pretende anular a Política Nacional de Participação Social (PDC 1491/14). Ela causou impasse entre líderes partidários e inviabilizou as votações na semana de esforço concentrado da Câmara no início de setembro. Desde então, não houve mais sessões para votação no Plenário.

Nesta terça-feira, às 14h30, os líderes partidários se reunirão na presidência da Câmara para definir quais projetos poderão ser votados ao longo da semana.

Polícia Federal

No caso da MP 650/14, será analisado o texto original enviado pelo Executivo e aprovado pela comissão mista do Congresso que o analisou. Relator da medida, o senador José Pimentel (PT-CE) rejeitou as 42 emendas apresentadas ao colegiado. Segundo Pimentel, o objetivo é evitar que novas discussões impeçam a aprovação da MP, na Câmara e no Senado, até o dia 28 de outubro, data em que perde a validade. O relator não descarta, no entanto, acolher no Plenário algumas das emendas apresentadas, desde que haja consenso.

A MP concede reajustes de 15,8% a agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal. O texto também concede aumento aos peritos federais agrários, reajustando a tabela da gratificação de desempenho de atividade (Gdapa). Conforme o texto, os reajustes nas remunerações estão condicionados à dotação orçamentária, ou seja, à aprovação do projeto de créditos adicionais (PLN 5/14), que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor (Lei 12.919/13).

Além de alterar as remunerações, a MP atualiza a legislação, passando a classificar os cargos de agente, escrivão e papiloscopista como categorias de nível superior. Na prática, os concursos públicos para as três carreiras já exigem nível superior desde 1996.

Por fim, a MP elimina as idades mínima, de 21 anos, e máxima, de 30 (nível médio) e de 35 anos (superior), para prestar concurso para a Polícia Federal.

CONT.



Pesquisa científica

O Plenário poderá votar ainda o PL 7735/14, do Executivo, que tramita em regime de urgência constitucional e tranca a pauta desde 11 de agosto. A comissão especial que deveria analisar o projeto ainda não foi criada.

O projeto modifica regras sobre a pesquisa científica e a exploração do patrimônio genético de plantas e animais nativos, além de regular a exploração e a pesquisa ligada a conhecimentos dos povos indígenas e de comunidades tradicionais sobre plantas e outras substâncias. Conforme o Executivo, a ideia é facilitar e estimular a pesquisa, o monitoramento e a rastreabilidade da biodiversidade do País.

Uma das mudanças é a simplificação do trabalho de pesquisadores brasileiros, de instituições brasileiras e de empresas com sede no exterior vinculadas a entidades nacionais, que precisarão apenas de um cadastro declaratório para ter acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional, bem como para a remessa de amostra para o exterior.

Ainda de acordo com o texto, comunidades e os povos tradicionais terão o direito de participar da tomada de decisões sobre o uso de seus conhecimentos, de receber pagamento pela exploração de suas técnicas e ter indicada a origem do acesso ao conhecimento em todas as publicações.

Apesar de modificar a Medida Provisória 2.186-16/01, que regulamenta a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), o projeto não altera as regras para pesquisas ligadas à agricultura e produção de alimentos. O texto também não regulamenta as pesquisas sobre o patrimônio genético humano.

Com informações da Agência Câmara de Notícias

Tags: 2014, Câmara Federal, Nacional, Política

[Share on orkut](#) [Share on twitter](#) [Share on facebook](#) [More Sharing Services](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2014

Brasília, 07 de outubro de 2014.

Semarh alerta municípios ribeirinhos sobre o risco das fortes chuvas

SÍTIO ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS, 06.10.2014

De acordo com o monitoramento hidrometeorológico, realizado pela equipe da Sala de Alerta e da Diretoria de Meteorologia da SEMARH, e com a continuidade das chuvas sobre as principais Bacias hidrográficas do estado de Alagoas, não estão descartados aumentos significativos nas vazões e consequentemente aumento dos níveis dos rios. A atenção maior deve ser dada a partir da noite desta segunda-feira (06/10/2014), principalmente nos rios Mundaú, Paraíba, São Miguel e Coruripe.

O monitoramento está sendo realizado de forma contínua, e a qualquer momento, poderão ser emitidos novos avisos atualizados.

SEMARH



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2014

Brasília, 07 de outubro de 2014.

Prefeitura de Tabatinga entrega lanchas nas comunidades ribeirinhas

SÍTIO PORTAL TABATINGA, 06.10.2014

O Prefeito Municipal de Tabatinga, Raimundo Caldas, Calango, entregou na última sexta-feira, 3, cinco lanchas para as comunidades ribeirinhas de Tabatinga. Tauarú, Sacambú I, Nova Esperança, Palmares e Bananal foram contempladas com as "balieiras", com o objetivo de atender os ribeirinhos no transporte local.

Nas próximas semanas, mais cinco lanchas devem ser entregues para demais comunidades.

Geradores

Além das lanchas, "Calango" entregou dois geradores de energia para os ribeirinhos, sendo uma para Tauarú e outra para Sacambú I atendendo assim a demanda de energia das comunidades.

Fonte: Secom www.tabatinga.am.gov.br



Comunidade quilombola do Ceará celebra conclusão de relatório técnico

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.10.2014

O Incra/CE realizou uma entrega simbólica do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território quilombola de Boqueirão da Arara, em solenidade na sede da associação local, em Caucaia (CE), na tarde desta quinta-feira (02).

Além da comemoração acerca da conclusão do documento que comprova a relação da comunidade com a questão quilombola, as 89 famílias remanescentes de quilombo receberam orientações sobre os próximos passos do processo de regularização fundiária do território, com tamanho definido em 718,5 hectares.

Cópia da publicação do RTID no Diário Oficial da União (DOU), da edição do último dia 18 de setembro, foi entregue à presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade Povoado Boqueirão da Arara (ARQCPBA), Madalena Barbosa Prata. "Foram anos de luta, de muito esforço, sofri até ameaça de morte, mas essa é uma conquista que eleva a minha autoestima e o da comunidade, pois muitos até nem acreditavam", disse Madalena.

Esclarecimentos

O evento também foi uma oportunidade de esclarecer dúvidas acerca do processo que, segundo o antropólogo do Incra/CE, José da Guia Marques, afligem a comunidade, ainda temerosa de não ter reconhecida a posse das terras que compõem o território. "A publicação do RTID é um primeiro grande passo para confirmar que o processo vai até o final e demonstra que a comunidade foi aprovada pelo Incra, teve sua relação com a questão quilombola comprovada, fato que não tem mais volta", disse a todos no evento.

As famílias também lembraram as origens da comunidade, relacionadas às fugas de escravos da capital Fortaleza para as serras de municípios vizinhos como Maranguape e Caucaia, onde se fixaram na localidade de Boqueirão da Arara. "Os estudos antropológicos comprovaram que a comunidade tem um vínculo muito forte com a comunidade negra", afirmou Marques.

O superintendente Roberto Gomes, presente ao evento, destacou que com a publicação do RTID a comunidade precisa se organizar melhor para acompanhar os próximos passos do processo, citando como essencial a presença de representante na Mesa estadual que acompanha a política de regularização de territórios quilombolas.

"A comunidade agora precisa se organizar melhor para proteger seu território e reivindicar seus direitos, principalmente em espaços como a Mesa Estadual de Acompanhamento da Política Quilombola, que realizamos no Incra com a presença de diversas entidades e comunidades, estão todos convidados a participar", disse Gomes.

Etapas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2014

Brasília, 07 de outubro de 2014.

A produção do RTID é a primeira etapa do processo de regularização fundiária de territórios quilombolas. O documento reúne estudo antropológico da comunidade, peça cartográfica com definição do tamanho do território e seus limites, outra agrônômica sobre as potencialidades agrícolas da área, além do cadastro das famílias e a cadeia dominial dos imóveis situados na área do território.

A partir da publicação do Edital de conclusão é aberto um prazo de 90 dias para contestações acerca dos estudos realizados e informa sobre a disponibilidade do documento na superintendência para consultas. O documento também é publicado no Diário Oficial do Estado.

Após aprovação em definitivo do RTID, o Incra publica Portaria de Reconhecimento declarando os limites do território. O passo seguinte é a publicação de Decreto Presidencial declarando a área de interesse social para criação do território. Concluída a fase de desapropriações, a comunidade recebe o título de propriedade coletivo de suas terras.



Ocupação indígena causou única vitória de Aécio em cidade baiana

SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 07.10.2014

O município de Buerarema, sul do estado, foi a única entre as 417 cidades baianas em que o candidato à Presidência do PSDB, Aécio Neves, superou a petista Dilma Rousseff. O tucano obteve 67% dos votos, contra 26% da presidente e 6% de Marina Silva (PSB).

O postulante aliado a governo, Paulo Souto (DEM), derrotado por Rui Costa (PT), também venceu por lá, com 77% da votação. De acordo com reportagem da Folha, o resultado pode ser justificado por um forte sentimento antipetista, devido a um tenso conflito indígena por terra na região. Os moradores de Buerarema acreditam que Dilma permite cerca de 150 invasões promovidas por tupinambás desde 2012. Os índios querem demarcação de 47 mil hectares entre Ilhéus, Una e Buerarema.

Produtores agrícolas se dizem prejudicados com a situação. "Não queremos esse governo do PT que gosta de índio. Índio não vale nada", disse o atendente de açougue e eleitor de Aécio, Romário da Silva. "Votamos em Aécio como opção contra o PT", entooou o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas, Domingos Alfredo. A presidente do PT local, Marta Marques, admite a rejeição ao partido. "Mas acho que essa questão indígena vem desde o governo FHC, é problema antigo", afirma. A reportagem não conseguiu contato com o líder dos índios na região.



Funai está sem presidente há seis dias

SÍTIO CIMI, 07.10.2014

Responsável pela coordenação e execução da política indigenista no país, a Fundação Nacional do Índio (Funai) está, na prática, sem presidente desde quarta-feira. Oficialmente, Maria Augusta Assirati, continua à frente da Funai, embora tenha pedido demissão há duas semanas e esteja fora do país desde a semana passada.

Guta, como é conhecida, pediu exoneração no último dia 26, após passar 15 meses como presidenta interina da fundação. Segundo a assessoria da Funai, Maria Augusta pediu exoneração com data retroativa à que efetivamente deixaria o cargo e se mudou para Portugal, onde fará um curso de doutorado.

De acordo com a assessoria, Guta viajou para Lisboa quinta-feira. Como a Casa Civil ainda não publicou a exoneração no Diário Oficial da União, Maria Augusta continua, oficialmente, presidindo a Funai. O Ministério da Justiça, ao qual a fundação está subordinada, ainda não anunciou o nome do novo presidente. Procurada, a assessoria da Casa Civil informou que a portaria exonerando Guta vai ser publicada até quinta-feira.

Desde o dia 1º, portarias e atos administrativos assinados por Maria Augusta até seu último dia de expediente continuam sendo publicadas no Diário Oficial. É o caso da Portaria 1.153, que prorroga o prazo de proibição da entrada e permanência de não índios na terra indígena onde vivem os que são provavelmente os dois últimos remanescentes da etnia Piripkura, localizada nos municípios de Colniza e Rondolândia, na região noroeste de Mato Grosso.

Para o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Cleber Buzatto, a situação "inusitada" revela o descaso com a questão indígena.

"É algo sintomático e bastante preocupante o fato de o órgão indigenista oficial estar sem comando, ou ao menos sem seu presidente. Para nós, é um retrato da falta de interesse do governo brasileiro em responder às demandas pela efetivação dos direitos dos povos indígenas, especialmente os da questão fundiária – que é uma das atribuições institucionais centrais da Funai", disse Buzatto.

Para Buzatto, sem presidente, a Funai tende a retardar ainda mais a conclusão de processos demarcatórios de terras indígenas. "Há pelos menos 17 processos na mesa da presidenta da fundação, dependendo da assinatura dela para seguir para apreciação do Ministério da Justiça. São procedimentos administrativos dentro de processos que já estão em curso há muito tempo", destacou.



Dilma, acabe com a escravidão indígena!

SÍTIO CIMI, 07.10.2014

A maioria dos casos de indígenas explorados em situação análoga à de escravo resulta diretamente da não demarcação de suas terras.

Somente 404 das 1047 terras indígenas do Brasil foram regularizadas e pelo menos 30 delas estão com processo pronto aguardando somente uma assinatura (1). O número de regularizações nunca foi tão baixo quanto no governo da Dilma (2).

Por isso, às vésperas das eleições, pedimos que a presidenta Dilma Rousseff assine imediatamente os 17 decretos de homologação que estão em sua mesa, e garanta o efetivo encaminhamento dos que estão na mesa do Ministro da Justiça.

Why is this important?

É difícil de acreditar que ainda hoje povos indígenas continuem sendo escravizados no Brasil. O confinamento em pequenas áreas de terra é uma das principais razões para a precária situação dos povos indígenas. Sem alternativas, eles se tornam alvos fáceis para os aliciadores: tanto que muitos acabaram como escravos em canaviais e fazendas nos últimos anos.

Um caso emblemático de trabalho escravo envolvendo indígenas ocorreu em Bom Jesus (RS). Uma força-tarefa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Funai resgatou 41 indígenas kaingang encontrados em condições análogas à de escravo; eram submetidos a condições degradantes no cultivo de maçãs. Dentre eles estavam 11 adolescentes entre 14 a 16 anos. Os alojamentos estavam em péssimas condições, havia apenas dois banheiros para os 41 trabalhadores, as famílias – inclusive crianças – se apertavam em espaço insuficiente, a fiação elétrica estava solta, o frio entrava pelas frestas, a água era armazenada em garrafas pet e havia comida estragada pelos cantos(3).

Não podemos aceitar que indígenas do Brasil continuem exilados de suas terras. Milhares deles, especialmente no Mato Grosso do Sul, estão há anos sob barracos em beiras de rodovias ou confinados em áreas diminutas, expostos a todo tipo de violência, dentre as quais assassinato, despejo e trabalho escravo. Precisamos garantir que, em pleno século XXI, os povos indígenas tenham seus direitos, suas tradições e sua dignidade respeitados. Esses direitos originários garantidos pela Constituição Federal de 1988 e assegurados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estão sendo violados! Uma das melhores maneiras de evitar que isso continue é garantindo a demarcação de suas terras.

Nos últimos meses vários grupos indígenas participaram de manifestações em todo o país. Em maio, 300 índios bloquearam a entrada do Ministério da Justiça exigindo agilidade no processo da demarcação das terras: "Viemos para reivindicar os nossos direitos, porque aqui é nossa terra, somos os filhos da terra"(4).

CONT.



Peça à presidenta Dilma Rousseff que demarque as terras para acabar com trabalho escravo indígena! Assine a petição.

Olá, É difícil acreditar que ainda hoje povos indígenas continuem sendo escravizados no Brasil.

A maioria dos casos de indígenas explorados em situação análoga à de escravo resulta diretamente da não demarcação de suas terras.

Somente 404 das 1047 terras indígenas do Brasil foram regularizadas e pelo menos 30 delas estão com processo pronto aguardando somente uma assinatura¹

. O número de regularizações nunca foi tão baixo quanto no governo da Dilma²

. Por isso, às vésperas das eleições, pedimos que a presidenta Dilma Rousseff assine imediatamente os 17 decretos de homologação que estão em sua mesa, e garanta o encaminhamento dos que estão na mesa do Ministro da Justiça. Peça à presidenta Dilma Rousseff que demarque as terras para acabar com trabalho escravo indígena Clique para assinar

Um caso emblemático de trabalho escravo envolvendo indígenas ocorreu em Bom Jesus (RS). O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Funai resgatou 41 indígenas kaingang em condições análogas à de escravo, eram submetidos a condições degradantes no cultivo de maçãs. Dentre eles, 11 adolescentes entre 14 e 16 anos. Os alojamentos estavam em péssimas condições, havia apenas dois banheiros para os 41 trabalhadores, as famílias - inclusive crianças - se apertavam em espaço insuficiente, a fiação elétrica estava solta, o frio entrava pelas frestas, a água era armazenada em garrafas pet e havia comida estragada pelos cantos

. Não podemos aceitar que indígenas do Brasil continuem exilados de suas terras. Milhares deles, especialmente no Mato Grosso do Sul, estão há anos sob barracos em beiras de rodovias ou confinados em pequenas áreas, expostos a todo tipo de violência, como assassinato, despejo e trabalho escravo. Precisamos garantir que, em pleno século XXI, os povos indígenas tenham seus direitos, suas tradições e sua dignidade respeitados. Esses direitos originários garantidos pela Constituição Federal de 1988 e assegurados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estão sendo violados! Uma das melhores maneiras de evitar que isso continue é garantindo a demarcação de suas terras.

Nos últimos meses vários grupos indígenas participaram de manifestações em todo o país. Em maio, 300 índios bloquearam a entrada do Ministério da Justiça exigindo agilidade no processo da demarcação das terras: "Viemos para reivindicar os nossos direitos, porque aqui é nossa terra, somos os filhos da terra"⁴ . Falta pouquíssimo para as eleições de outubro. Peça à Presidenta Dilma que, para acabar com trabalho escravo indígena, assine já os decretos de homologação prontos na sua mesa e determine a imediata assinatura das portarias declaratórias ainda pendentes na mesa do ministro da Justiça!

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2014

Brasília, 07 de outubro de 2014.

1. <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7625>

2. <http://pib.socioambiental.org/pt/c/0/1/2/demarcacoes-nos-ultimos-governos>

3. <http://reporterbrasil.org.br/2012/11/forca-tarefa-liberta-41-indigenas-de-trabalho-escravo-no-rio-grande-do-sul/>

4. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1461777-indios-protestam-em-brasilia-e-pedem-audiencia-com-cardozo.shtml>



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2014

Brasília, 07 de outubro de 2014.

Lançado o edital para o processo seletivo especial para ingresso na Turma do PRONERA do Curso de Direito da UFPR

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.10.2014

Podem se inscrever jovens e adultos das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA e do PNFC (Programa Nacional de Crédito Fundiário), bem como demais famílias cadastradas, desde que tenham o cadastro homologado pelo INCRA. Portanto, fazem parte do público beneficiário assentados, acampados, quilombolas, agricultores beneficiários do PNCF e demais, desde que com a devida comprovação exigida.

O convênio da UFPR com o INCRA prevê a concessão de bolsas aos estudantes, uso do Restaurante Universitário, bem como verbas para moradia, xerox, passagens e material escolar. Para se inscrever, é necessário ter realizado o ENEM 2014.

Demais informações podem ser obtidas no edital AQUI

http://www.nc.ufpr.br/concursos_institucionais/pronera2015/documentos/edital212014.pdf



Guaranis Kaiowá lutam junto ao Supremo Tribunal para ter direito a ocupar terra ancestral

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.10.2014

Adital

Lideranças dos indígenas Guaraní Kaiowá afirmam que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que os impede de ocupar o território tradicional de Tekoha, localizado em Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, foi proferida sem que a comunidade fosse ouvida.

Diante dessa situação, os líderes foram na última semana ao STF, em Brasília (Distrito Federal), para solicitar nulidade de decisão, que os impede de ter a posse do território onde vivem atualmente.

No entendimento do STF, a decisão da 2ª Turma da Corte, proferida pelo ministro Gilmar Mendes, anula o reconhecimento do Estado à tradicionalidade do tekoha por alegar que a comunidade indígena dos Guaraní Kaiowá não estava na área reivindicada em 1988, ano em que foi elaborada a Nova Constituição do Brasil. Portanto, para o STF, os índios não tem direito de ocupar o território.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), instituição autora do pedido de nulidade, os líderes dos índios foram ao gabinete do presidente da Suprema Corte e entregaram uma carta de reivindicações aos ministros do STF. Agora, estão no aguardo de uma audiência para discutir a demanda.

O documento reafirma os motivos da comunidade permanecer no local, bem como atesta a tradicionalidade da terra reivindicada. O território dos Guaraní Kaiowá do Mato Grosso do Sul caracteriza-se por apresentar uma das realidades de maior violência e desrespeito aos direitos dos povos indígenas no Brasil.

Gravemente afetados pela perda de quase toda sua terra ao longo do último século, os guaranis sofrem com uma onda de suicídios sem precedentes na América do Sul. Esses problemas são especialmente verificados em Mato Grosso do Sul, onde os guaranis chegaram a ocupar uma extensão de 350.000 quilômetros quadrados de floresta. Além disso, a comunidade guarani é regularmente ameaçada por pistoleiros contratados por fazendeiros que se apoderaram de suas terras. Atualmente, esses indígenas vivem em pequenas parcelas de terra rodeadas de fazendas de gado e de extensos cultivos de soja e cana de açúcar. Alguns carecem de terras e se veem forçados a acampar às margens das rodovias e estradas.

Carta dos Povos e Comunidades Tradicionais do Sudeste

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.10.2014



Entre os dias 16 a 18 de setembro de 2014, estiveram reunidos em Vitória – Espírito Santo, por ocasião do Encontro Regional Sudeste de Povos e Comunidades Tradicionais, organizado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, lideranças dos povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades de terreiro, caiçaras, pescadores(as) artesanais, geraizeiros, ciganos, pomeranos, caatingueiros, fundo e fecho de pasto, faxinalenses, extrativistas, vazanteiros, apanhadores de flores sempre-vivas, veredeiros, raizeiras, caboclos, representações governamentais da CNPCT, além de convidados de núcleos de pesquisa e órgãos estaduais, com o objetivo de avaliar e aprimorar a implementação da PNPCT, com ênfase ao acesso aos territórios e regularização fundiária, além de avaliar a atuação e o funcionamento da CNPCT, inclusive sua conformação atual.

CONSIDERAÇÕES:

- Considerando que os povos e comunidades tradicionais ocupam parte considerável e constituem um contingente populacional significativo na região sudeste, garantindo a preservação da grande riqueza multiétnica e pluricultural, e da sociobiodiversidade que constitui o país e a região;
- Considerando que os povos e comunidades tradicionais estão organizados e constituíram espaços de luta, com base em sua resistência às diferentes formas de opressão, na manutenção de seus territórios e seus modos de vida;

CONT.



- Considerando o art. 3º inciso I do decreto 6040/07, os povos e comunidades tradicionais de terreiro usam território e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica e que em todas as comunidades tradicionais de terreiros são vivenciados valores de organização coletiva, cosmovisão e tradições, incluindo a relação com o espaço sagrado oriundo de diferentes contextos culturais e ancestrais, entendendo a natureza integrada e sacralizada;

- Considerando as conquistas legais, consubstanciadas nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, no art. 68 do ADCT (dos direitos territoriais quilombolas), no capítulo VII da CF (dos direitos territoriais e políticos dos povos indígenas), nos tratados internacionais ratificados pelo Governo brasileiro (Convenção 169 da OIT, Convenção da Diversidade Biológica, Convenção da Diversidade Cultural, Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, dentre outros), a Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, a Lei 11.959/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, a Lei 11.428/2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma mata atlântica e dá outras providências, a Lei 21.147, de 14 de Janeiro de 2014, que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, os Decretos s/nº de 13 de julho de 2006 e 6.040/2007, que instituem a Comissão e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o decreto nº 7747/12 que institui a Política Nacional de Gestão Territorial de Terras Indígenas – PNGATI, o decreto 8243/14, que institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS, e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS, dentre outros dispositivos legais estaduais e municipais;

- Considerando que, mesmo com as garantias legais acima enumeradas, o Estado brasileiro tem sido conivente diante das pressões constantes feitas por setores ruralistas, que insistem em atacar dispositivos legais que garantem os direitos de Povos e Comunidades Tradicionais, a exemplo da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN nº 3.239/2004, em trâmite no STF contra o Decreto 4887/2003, o Projeto de Emenda Constitucional PEC 215/2000, que transfere para o Congresso Nacional a aprovação da demarcação das Terras Indígenas e Territórios, Quilombolas, a Portaria 303/2012 da AGU-Advocacia Geral da União, a Portaria 419 FUNAI, que altera os procedimentos de identificação e delimitação das Terras Indígenas, além dos vários projetos de leis contrários aos nossos interesses;

- Considerando os Planos já consolidados, executados e em execução, notadamente o Plano Prioritário para Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais 2009-2010, o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (Portaria SEPPIR nº 138/12), os Programas e Ações governamentais constantes no PPA 2012-2015;

- Considerando que grande parte dos territórios tradicionalmente ocupados por PCTs foram e estão sendo impactados pela grilagem e afazendamento, por monoculturas, obras e empreendimentos (Hidrelétricas, Portos, Estaleiros, Parques Eólicos, Mineração, Gasodutos e Minerodutos, Poços de Exploração de Petróleo, Rodovias, etc.), pela Pesca Industrial, Carcinicultura, Hidrovias, atividades portuárias (dragagens para manutenção de acesso de navios, lavagem dos porões com poluição das águas, esgoto/óleo, bioinvasão – espécies

CONT.



exóticas que vêm na água de lastro dos navios, poluição sonora, movimento e intensidade de luz artificial de grandes embarcações, o que resulta na diminuição dos cardumes e na perda de apetrechos de pescas), pela sobreposição de Unidades de Conservação de Proteção Integral e territórios tradicionalmente ocupados, pela especulação imobiliária (casas de veraneio, condomínios de luxo, resorts e demais complexos turísticos), dentre outros agentes expropriatórios;

- Considerando a omissão deliberada, inércia e morosidade nos processos de regularização fundiária dos territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais, constituindo de uma sequência de decisões técnicas e políticas por parte dos órgãos governamentais que estão impedindo a conclusão dos processos de regularização fundiária, inclusa a paralisação de centenas de processos administrativos nos arquivos do Estado brasileiro, mesmo daqueles plenamente informados que aguardam decisão final;

- Considerando que parte dos povos e comunidades tradicionais têm sido sistematicamente vítimas de racismo ambiental, representado pela ação de agentes desenvolvimentistas, que os empurram para áreas marginalizadas, forçando-os a conviver com um cotidiano de envenenamento, degradação, dejetos químicos, dentre outros;

- Considerando que também os povos e comunidades tradicionais são vítimas contumazes do racismo e sexismo institucional nos vários aparatos do Estado brasileiro, com violação de direitos individuais e coletivos, manifestações de intolerância religiosa e xenofobia (indisposição e repulsa para com as diferenças);

- Considerando que as lideranças dos povos e comunidades tradicionais, de movimentos sociais que os representam, famílias têm sido alvos constantes de perseguição, ameaças de morte, por parte de antagonistas, criminalização e penalização por parte dos órgãos governamentais e pelo próprio judiciário, que são coniventes com interesses macroeconômicos;

- Considerando que além da expropriação dos seus territórios tradicionais, boa parte das comunidades estão sendo vampirizadas continuamente por pesquisadores e agentes governamentais ou não que, sob pretexto de valorizar as suas práticas e conhecimentos tradicionais na proteção da biodiversidade, promovem verdadeiros saques e violação de direitos, sobretudo quanto à repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos dos saberes no manejo da biodiversidade.

EXIGEM:

- O imediato reconhecimento e regularização fundiária dos territórios de povos e comunidades tradicionais, incluindo:

a demarcação, homologação e registro das Terras Indígenas da região Sudeste;

a regularização e titulação dos territórios quilombolas, com destaque para o quilombo do Gurutuba/MG, o quilombo São Domingo/ES, o quilombo da Marambaia/RJ, Vargem do Inhaí, Mata dos Crioulos e Quartel do Indaiá – Diamantina/MG, quilombo de Praia, quilombo da Lapinha- Norte de MG, quilombo do Sertão da Fazenda, Ubatuba/SP, quilombo de Bombas

CONT.



Iporanga/SP, quilombo de Camburi/SP, quilombo do Cabral/RJ, quilombo Bracuir/RJ, dentre outros, tendo seus limites definidos de acordo com a real necessidade das comunidades.

que o INCRA conclua a demarcação e titulação do território quilombola de São Cristovam, Retiro e São Pedro/ES.

o reconhecimento dos espaços/territórios que integram os povos e comunidades tradicionais de terreiros na sua totalidade simbólica, entendida para além da sua divisão meramente física, geográfica e territorial, e que o Estado brasileiro assuma a responsabilidade de proteção, acesso e preservação desses espaços;

que não sejam mais criadas unidades de conservação de proteção integral sobre territórios tradicionais e que sejam feitas revisões de limites e recategorização das UCs de Proteção Integral sobrepostas aos territórios tradicionalmente ocupados, para Unidade de Uso Sustentável (a exemplo do Parque Nacional das Sempre-vivas/MG para Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Parque Nacional Serra do Cipó/MG, Monumento Natural dos Pontões Capixaba, Parques estaduais do Lagoa do Cajueiro e Verde Grande – Norte de Minas, Reserva Ecológica da Juatinga/RJ, Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP, Parque Nacional da Serra da Bocaina/SP-RJ, Parque Estadual da Serra do Mar-SP, Parque Estadual da Ilha do Cardoso/SP, Parque Estadual Turístico Alto Ribeira- PETAR dentre outras);

garantia em lei de permanência dos PCTs em seus territórios, bem como o uso sustentável dos recursos naturais, incluindo a fauna e a flora nas áreas de proteção integral;

criação imediata das RESEX Areião e Tamanduá a favor das comunidades geraizeiras (Municípios de Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas/MG);

regularização imediata dos territórios vazanteiros/quilombolas no Vale do São Francisco – Norte de Minas, em especial das comunidades Pau Preto e Pau de Légua, Curimatá e Maria Preta;

a criação de RDS-Reserva de Desenvolvimento Sustentável para reconhecimento e regularização dos territórios das comunidades veredeiras e geraizeiras em Januária, Norte de Minas;

reconhecimento e regularização imediata dos territórios das comunidades caiçaras nos estados do RJ e SP;

reconhecimento e regularização dos territórios pesqueiros, incluindo áreas flúvias e marítimas e áreas terrestres de uso tradicional;

reconhecimento e regularização fundiária para os povos ciganos Calons, sendo uma área territorial em cada cidade para que possam implantar locais fixos como ponto de apoio, bem como implantação de infraestrutura básica (saneamento, saúde, educação), visando a reprodução do seu modo de vida;

providências do Estado brasileiro no sentido de assegurar os direitos territoriais, a partir da aprovação de projetos de leis em curso, construção de novos dispositivos, novas instruções normativas, itinerários técnicos e garantias de sustentabilidade produtiva e territorial para os povos e comunidades tradicionais;

a imediata proteção, fiscalização e desintrusão dos territórios de povos indígenas, de comunidades quilombolas e de povos e comunidades tradicionais da Região Sudeste, assegurando condições de sustentabilidade desses povos e comunidades.

- Promover ações de recuperação ambiental de áreas degradadas dos territórios homologados e titularizados a favor dos Povos e Comunidades Tradicionais, visando a efetiva reocupação e uso nos moldes tradicionais;

CONT.



- Que os órgãos responsáveis e consultados em processos de licenciamento ambiental de obras e empreendimentos que afetem direta ou indiretamente os povos e comunidades tradicionais e seus territórios não emitam mais pareceres favoráveis, ou mesmo autorizem a implantação de tais obras e empreendimentos, ou mesmo não mais ignorem a sua própria existência, a exemplo do licenciamento dos complexos minenários e gasodutos, minerodutos da Angloamérica, da Manabi, da Sul-América de Metais – SAM, os complexos portuários, estaleiros (a exemplo do Jurong – Aracruz/ES), os condomínios de luxo na região que compreende o fundo do Mamanguá até a praia Martim de Sá – Reserva da Juatinga/RJ, dentre outros);
- Que sejam revistos os valores reais de grandes obras para efeito de cálculo dos pagamentos de compensação ambiental (divergência entre o valor inicial e final das obras);
- Que nenhuma obra ou empreendimento seja implementado em território tradicional sem o consentimento prévio e informado dos povos e comunidades tradicionais historicamente ocupantes;
- Que seja feito um estudo para revisão dos limites do Parque Nacional das Sempre Vivas;
- A imediata implementação de estratégias para o mapeamento, georreferenciamento e a caracterização demográfica e socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais, de forma a propiciar visibilidade a essas comunidades e a orientar o planejamento e a execução de políticas públicas que resguardecam seus direitos territoriais, sociais, culturais, ancestrais e econômicos;
- Que na regulamentação da Convenção 169 da OIT o Estado brasileiro reconheça tácita e explicitamente, além dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, todos os povos e comunidades tradicionais que integram a sociedade brasileira, como sujeitos plenos de direitos;
- A revisão da lista de espécies ameaçadas de extinção para as flores sempre-vivas (Eriocaulaceae) na região de Dimantina/MG (Parque Nacional das Sempre Vivas) e reconhecimento dos cultivos e manejo tradicional sustentável dos campos nativos pelas comunidades apanhadoras de flores, de forma a viabilizar a garantia da atividade e modo de vida;
- A regulamentação da coleta e comercialização das flores sempre-vivas de forma a viabilizar a manutenção da geração de renda das famílias vinculadas a esses produtos da sociobiodiversidade brasileira;
- A promoção imediata de programas e ações de conservação e revitalização dos rios e nascentes, a conscientização do uso da água e a construção de pequenas barragens para assegurar a água no período chuvoso, a proibição de uso dos agrotóxicos, dentre outras medidas que visam assegurar a proteção dos ambientes (bioma e ecossistemas) e seus guardiões (povos e comunidades tradicionais);

- Medidas imediatas de reconhecimento oficial e proteção das comunidades caboclas do Vale do
- CONT.



Ribeira/SP, dos seus territórios e dos recursos de que se utilizam tradicionalmente, que são sistematicamente expulsas dos seus territórios tradicionais pelo governo do estado de São Paulo, que se utiliza do aparato policial de forma abusiva, autoritária e repressiva, através de autuações e multas pela realização de roças de coivara, invasão de domicílios sem ordem judicial, dentre outras violações de direitos individuais e coletivos;

- A revitalização e não transposição do Rio São Francisco, que se encontra em estado agonístico, a benefício dos povos e comunidades tradicionais que sempre tiveram na vitalidade do rio a garantia da segurança alimentar e nutricional e da reprodução dos seus modos de vida;

- Que sejam construídas, adequadas e implementadas políticas públicas que considerem as especificidades dos povos e comunidades tradicionais, tanto na educação (com ênfase na juventude), na saúde, no lazer, acesso ao crédito rural, fomento à produção sustentável, desburocratização da gestão de recursos públicos, e outros aspectos da vida social;

- Que seja fomentada a implementação de políticas públicas específicas de produção sustentável para os Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro respeitando o seu sistema de organização social, seus valores civilizatórios e a cosmovisão dos mesmos;

- Que haja a valorização e o reconhecimento da oralidade como ferramenta de organização social, fundamental, para preservação, resistência e manutenção da tradição e identidade dos Povos e Comunidades de Terreiro;

- Que sejam criados e implementados programas de fortalecimento da diversidade linguística dos povos e comunidades tradicionais como política pública do Estado Brasileiro (a exemplo da Educação Escolar Indígena);

- Que sejam reconhecidos os saberes e fazeres dos mestres e mestras ancestrais de Povos e Comunidades de Terreiro buscando consolidar a concepção de que um povo, juntamente com a sua cultura, seus valores civilizatórios, é representado pela soma de sua memória coletiva, portanto, assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernente aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de intolerâncias, de conflitos ou de ameaças a sua integridade e/ou a seu espaço sagrado/território;

- A implementação de programas efetivos de educação diferenciada e contextualizada para cada um dos povos e comunidades tradicionais, já que a proposta de educação do campo pouco avançou no âmbito das políticas públicas municipais e estaduais, o que poderia contribuir para abrir novas perspectivas e estimular a permanência da juventude no campo;

- A criação de espaço coletivo para a juventude que vise o lazer, entretenimento e a comunicação do jovem agricultor de povos e comunidades tradicionais;

- Que os governos municipal, estadual e federal, repassem recursos específicos para o fortalecimento dos EFAs – Escolas Famílias Agrícola destinadas aos Povos e Comunidades Tradicionais;

CONT.



- A desburocratização de acesso aos programas e as políticas públicas para jovens, tais como o PRONAF Jovem;
- Que os processos criminais movidos contra PCTs sejam transferidos para a esfera administrativa dos órgãos ambientais, evitando que os mesmos sejam judicializados;
- O reconhecimento da identidade social das Raizeiras(os) do Cerrado e a garantia dos direitos consuetudinários que valorizam as suas práticas de saúde através da medicina tradicional;
- O cumprimento da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos, respeitando os povos e comunidades tradicionais;
- Que sejam criados mecanismos de proteção e incentivo às práticas e manutenção das comunidades tradicionais caiçaras e de pescadores(as) tradicionais, como a pesca artesanal e de cerco, agricultura tradicional e de pousio, o rancho de pesca, o feitiço de canoas de um pau só, caça de subsistência, uso de plantas e ervas medicinais, culinária tradicional e todo o ciclo de festividades que integram a sociabilidade das comunidades e a reprodução do seu modo de vida;
- Que sejam criadas e garantidos o acesso a políticas estruturantes e permanentes de convivência com o Semiárido;
- Que o governo federal retire da pauta de votação em regime de urgência o PL 7735/2014, que trata sobre acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, para que a CNPCT possa estudar em tempo suficiente a fim de entender a sua complexidade e poder emitir um parecer;
- Que sejam promovidas oficinas sobre o PL 7735/2014, para que povos e comunidades tradicionais entendam o seu conteúdo e sejam consultados e possam emitir suas opiniões e que estas sejam implementadas;
- Que não seja permitido que a indústria farmacêutica tenha acesso aos conhecimentos tradicionais sem se submeter a protocolos existentes e comunitários;
- Que seja fomentada a criação de protocolos comunitários para apreciação de projetos sobre acesso a patrimônio genético e conhecimento tradicional associado;
- Que seja implantado Programa de Educação Preventiva em Saúde Sexual e Reprodutiva, Prevenção de Gravidez na Adolescência, DST/Aids, Prostituição, Uso de álcool e outras drogas, em comunidades impactadas por grandes empreendimentos e por turismo de massa;
- Que os funcionários das áreas de Educação e Saúde das comunidades remanescentes de quilombos sejam quilombolas (a exemplo do quilombo Lapinha, em Matias Cardoso/MG);
- Que seja apoiada a luta das comunidades pesqueiras contra a especulação imobiliária, obras e empreendimentos de embarcações, portos, marinas, que estão sendo construídas nos

CONT.



manguezais, afetando a vida marinha e áreas de uso tradicional;

- Que seja impedida a troca de óleo (Ship to Ship) entre navios petroleiros na baía de Ilha Grande/RJ, contribuindo desta forma para a garantia da segurança alimentar e nutricional da comunidade pesqueira de maricultores e pequenos pescadores tradicionais da região;
- Que os órgãos ambientais cumpram o estabelecido nos artigo 4º (Inciso XIII) e artigo 5º (Incisos III, V e VIII), que tratam da proteção às comunidades tradicionais e seus usos tradicionais;
- Que seja aprovado, em caráter de urgência, o PL 7447/2010, que garante que a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais seja uma política de Estado e não apenas uma política de governo;
- Que haja desburocratização dos trâmites legais para regularização da comercialização e industrialização dos produtos advindos de povos e comunidades tradicionais, inclusive com emissão de selo de qualidade a ser fornecido pela CONAB/MAPA – Companhia Nacional de Abastecimento;
- Que seja garantida assistência técnica considerando as especificidades de cada Povo e Comunidade Tradicional e da juventude rural para a produção agrícola, bem como para o uso dos recursos naturais, garantindo a sua sustentabilidade produtiva, social e econômica através de mecanismos de distribuição e comercialização dos produtos;
- Que seja incorporado ao sistema censitário brasileiro campos de identificação dos diferentes segmentos dos Povos e Comunidades Tradicionais;

Vitória – ES, 18 de setembro de 2014.



Funai fará (finalmente!) mapeamento de indígenas presos em todo o Brasil
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.10.2014

O levantamento começará em Roraima, estado com a maior proporção de índios: 11% da população. Em 2012, havia [oficialmente] 847 indígenas atrás das grades no País

O Povo

Após verificar aumento no registro dos indígenas presos no Brasil, a Fundação Nacional do Índio (Funai) decidiu identificar com precisão a quantidade de índios encarcerados no País. Representantes da entidade acreditam que os números podem ser maiores, porque estados com considerável população indígena não possuem caso de prisão registrada.

O mapeamento começará em Roraima, estado com a maior proporção de índios: 11% da população, ou 49 mil pessoas. Pelos dados estaduais, 3% da população carcerária são indígenas. Numa visita preliminar a um dos presídios de Roraima, a Funai constatou que a quantidade de índios presos era maior do que o indicado nas estatísticas oficiais. Por isso escolheram o Estado para começar o mapeamento.

A fim de combater o sub-registro de casos futuros, a entidade solicitou ao Ministério da Justiça que inclua novos campos no sistema de dados sobre presos que permitam identificar os índios com mais detalhes, como etnia e língua. A população indígena do País é de 896,9 mil, de acordo com o Censo de 2010 do IBGE. Desses, 517,4 mil residiam em terras indígenas à época do levantamento. Em 2005, o Ministério da Justiça contabilizou 279 índios presos no País. O número chegou a 847 em 2012, dado mais recente disponível.

Senso comum

A prisão de índios contraria o senso comum de que indígenas são inimputáveis. Antes da Constituição de 1988, os índios isolados eram vistos dessa forma. Eles podem ser alvos de inquérito tanto da Polícia Civil como da Polícia Federal, a depender da acusação.

Neste ano, casos de indígenas presos tiveram repercussão, como o dos tenharins no Amazonas. Cinco índios dessa etnia foram detidos em janeiro em Humaitá (AM), por possível envolvimento no desaparecimento de três pessoas. Em março, a Justiça decretou a prisão preventiva deles – ainda continuam presos. O desaparecimento dos três homens gerou violentos protestos de moradores contra os índios da região e a Funai. (Folhapress)

Nota de Combate: um exemplo claro de como essa não identificação e, consequentemente, o desrespeito aos direitos indígenas (não mencionados na matéria da Folha) acontecem está contido na denúncia revoltante que divulgamos este domingo – O MPF, a CASAI-SP e mais uma quase novela vergonhosa de uma morte indígena anunciada.

Raio atinge comunidade indígena na Colômbia e mata 11

SÍTIO UOL, 07.10.2014



Imagem de TV mostra local atingido por raio na Serra Nevada, em Santa Marta, na Colômbia

Um raio atingiu uma comunidade indígena no momento em que realizam uma cerimônia espiritual na Serra Nevada, em Santa Marta, na Colômbia, deixando 11 mortos e 15 feridos.

O raio acertou uma cabana com teto de palha onde os membros da comunidade Wiwa faziam o ritual, conduzido por xamãs (líderes espirituais).

O presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, confirmou as mortes.

Santos pediu que o Exército auxilie a retirada dos feridos, já que o transporte à pé até a estrada mais próxima levaria cerca de seis horas.

A Serra Nevada abriga quatro tribos dos remanescentes da cultura nativa Tairona, que vivem hoje em reservas indígenas.



Funai mantém restrição de acesso à área habitada por índios isolados no MT
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 07.10.2014

A nova restrição vale por dois anos, desde essa segunda-feira (6/10), data em que a Portaria 1.153 foi publicada no Diário Oficial da União

Agência Brasil

Pela terceira vez desde 2010, a Fundação Nacional do Índio (Funai) prorrogou o prazo de proibição de entrada e permanência de não índios na Terra Indígena Piripkura, nos municípios de Colniza e Rondolândia, na região noroeste de Mato Grosso. Na área de aproximadamente 242,5 hectares, supostamente, vivem os dois últimos membros de uma etnia isolada, os piripkuras. Um hectare corresponde às medidas de um campo de futebol oficial.

Implementada pela primeira vez em 2008, a restrição é para proteger os indígenas Tyku e Mondé-i do contato com grupos sociais que possam lhes transmitir doenças. Durante a proibição, apenas pessoas autorizadas pela Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém-Contactados da Funai poderão ingressar, locomover-se e permanecer na área.

O primeiro contato com os piripkuras - como são chamados por outras etnias indígenas da região - ocorreu durante os anos 1980. Há registros de que, à época, ao menos 20 indivíduos da etnia viviam juntos. Para proteger o território e estudar o grupo, o governo federal decidiu controlar o acesso. Os piripkuras falam tupi-kawahib. Suas expressões e particularidades vocabulares são sistematizadas.

A nova restrição vale por dois anos, desde essa segunda-feira (6/10), data em que a Portaria 1.153 foi publicada no Diário Oficial da União. A portaria foi assinada pela presidenta interina do órgão, Maria Augusta Assirati, no último dia 30.



Funai vai mapear número de índios presos no Brasil

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 07.10.2014

Após verificar aumento no registro de indígenas presos no Brasil, a Funai (Fundação Nacional do Índio) decidiu identificar com precisão a quantidade de índios encarcerados no país. Representantes da entidade acham que os números podem ser maiores, porque Estados com considerável população indígena não possuem nenhum caso de prisão registrada.

O mapeamento começará em Roraima, Estado com a maior proporção de índios: 11% da população, ou 49 mil pessoas. Pelos dados estaduais, só 3% da população carcerária são indígenas.

Numa visita preliminar a um dos presídios de Roraima, a Funai constatou que a quantidade de índios presos era maior do que o indicado nas estatísticas oficiais. Por isso escolheram o Estado para começar o mapeamento.

Para combater o sub-registro de casos futuros, a entidade solicitou ao Ministério da Justiça que inclua novos campos no sistema de dados sobre presos que permitam identificar os índios com mais detalhes, como etnia e língua.

A população indígena do país é de 896,9 mil, de acordo com o Censo de 2010 do IBGE. Desses, 517,4 mil residiam em terras indígenas à época do levantamento.

Em 2005, o Ministério da Justiça contabilizou 279 índios presos no país. O número chegou a 847 em 2012, dado mais recente disponível.

SENSO COMUM

A prisão de índios contraria o senso comum de que indígenas são inimputáveis –antes da Constituição de 1988, os indígenas isolados eram vistos dessa forma.

Os índios podem ser alvos de inquérito tanto da Polícia Civil como da Polícia Federal, a depender da acusação.

Neste ano, casos de índios presos tiveram repercussão, como o dos tenharim no Amazonas. Cinco índios dessa etnia foram detidos em janeiro em Humaitá (AM), por suposto envolvimento no desaparecimento de três pessoas. Em março, a Justiça decretou a prisão preventiva deles – ainda continuam presos.

O desaparecimento dos três homens gerou violentos protestos de moradores contra os índios da região e a Funai.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 179/ 2014

Brasília, 07 de outubro de 2014.

O Cimi (Conselho Indigenista Missionário), que acompanha o caso, afirma que o inquérito não tem provas que liguem os índios ao desaparecimento dos três homens.

A preocupação em identificar os índios presos se dá porque eles têm direitos diferenciados – como cumprir uma eventual pena na unidade da Funai mais próxima do local onde vivem.



Bloqueio de ponte segue pelo 5º dia sem previsão de liberação

SÍTIO METRO FM/JUÍNA, 07.10.2014

Fonte: MelQui BenTo / Metro Fm

Segue interditada a ponte sobre o rio Juruena que interliga o Município de Brasnorte aos demais municípios da região noroeste do estado de Mato Grosso.

Pelo 5º dia de bloqueio, quem queira passar pela localidade deve levar consigo uma reserva financeira de R\$ 100,00 para pagar o pedágio que foi estabelecido pelos indígenas da etnia Enawenê-Nawê.

O bloqueio que teve início na tarde da última quinta-feira (02) segue por tempo indeterminado.

O motivo no qual levaram os indígenas e ter essa atitude foi várias promessas feitas pelo governo do Estado, de que realizaria melhorias nas estradas que liga a aldeia.

Promessas estas que não foram cumpridas por 10 vezes. Garantiu Tolohaitê, filho do Cacique da tribo.

“por que assim, vindo pra Ca, fechando estrada, bloqueando BR, pra índio Enawenê-nawê foi a solução. Governo de estado prometeu 10 vezes, promete pra índio e não cumpre. Índio gastando muito com gasolina, com óleo diesel pra chegar a aldeia. Se estrada for melhor, gastamos menos”. Concluiu Tolohaitê.

Nossa equipe esteve na tarde de ontem (segunda-feira 06) no local, e durante o período de uma hora, contabilizamos 30 veículos em ambos sentidos. O que dá um valor de R\$ 3.000

Indo mais além e contabilizando em média, está sendo arrecadado por dia, em torno de 20 mil reais.

Os indígenas afirmaram que o valor cobrado é para adquirir materiais e condições para assim melhorar as estradas para a aldeia. E que se o governador não se posicionar, vão cobrar até conseguirem o suficiente para a manutenção da mesma.

Ainda não foi feita uma visita do Governador Silval Barbosa para negociar com os indígenas sobre o bloqueio.